

Entre o matrimónio indissolúvel e a misericórdia

Site Igreja & Media (trad. de Paulo Terroso)

12 de Outubro de 2014

de ENZO BIANCHI

O Sínodo e o novo ar que se respira na Igreja após 20 meses de pontificado de Francisco

[Tradução do texto 'Tra matrimonio indissolubile e misericordia' publicado a 12.10.2014 no quotidiano italiano '*La Stampa*', pp 1 e 25]

Logo depois da eleição do papa Francisco, o cardeal Ravasi declarou: “Respira-se um novo ar há muito esperado”. Hoje, depois de vinte meses de pontificado, podemos dizer que se criou um outro clima no tecido eclesial: um clima de liberdade expressão no qual, com parrésia, cada católico, bispo ou simples fiel, pode deixar falar a sua própria consciência e dizer aquilo que pensa, sem ser logo reduzido ao silêncio, censurado ou até mesmo punido, como acontecia nos últimos decénios.

Isto não significa um clima idílico, porque os conflitos, alguns mesmo duros, estão presentes no seio da Igreja — como já testemunhado nos escritos do Novo Testamento — mas se estes forem vividos sem excomunhões recíprocas, se cada um escutar as razões do outro sem fazer dele um inimigo, se todos procurarem manter a comunhão, então, até mesmo os conflitos são fecundos e servem para aprofundar e dar razões das esperanças que abitam o coração dos cristãos.

Infelizmente pode-se constatar que já há “inimigos do Papa”: pessoas que não se limitam a criticá-lo com respeito, como acontecia com Bento XVI e João Paulo II, mas chegam ao ponto de desprezá-lo. Um bispo que diz aos seus padres que a exortação apostólica *Evangelii Gaudium* “poderia ter sido escrita por um lavrador” exprime um juízo de desprezo, mas profeticamente declara que aquela carta é legível e compreensível até por um pobre e simples cristão da periferia do mundo. Assim, além das intenções, aquelas palavras de desprezo constituem um elogio. Alguns acrescentam, para deslegitimar a eleição de Bergoglio, que o conclave não decorreu segundo as regras, outros sustentam que há dois papas, os dois sucessores de Pedro mas com funções diferentes... Há muito que conhecemos estas pessoas mais propensas a seguir as próprias hipóteses eclesiásticas do que a objectividade da grande tradição católica na qual vale o primado do evangelho.

Certamente, a composição deste novo sínodo, o novo modo de proceder nos trabalhos, o convite do Papa a falar claro, com coragem, mesmo criticando o seu pensamento ou manifestando um parecer diferente, o pedido de franqueza nas intervenções, criaram uma atmosfera sinodal inédita em relação a todos os sínodos precedentes. O papa Francisco quer que a assembleia seja vivida no espírito da colegialidade episcopal e da sinodalidade eclesial e não seja uma simples celebração: e Francisco tem toda a autoridade para dizer que, contudo, o sínodo se desenrola segundo a grande tradição *cum Petro e sub Petro*, isto é, com o Papa presente e ao qual, enquanto sucessor de Pedro, compete-lhe o discernimento final.

Quanto ao tema do sínodo é incandescente porque está em jogo não tanto uma disciplina diferente, no que diz respeito ao matrimónio, à família e à sexualidade, mas sim o rosto de Deus invisível, um rosto que nós cristãos conhecemos só no rosto de Jesus Cristo, aquele que nos narrou, explicou, fez conhecer Deus. Está em jogo o rosto de Cristo misericordioso e compassível, como está escrito no seu santo Nome dado a Moisés e como foi contado por Jesus, seu filho no mundo, o qual nunca castigou os pecadores, nunca os puniu, mas os perdoou cada vez que os encontrou, levando-os assim ao arrependimento e à conversão.

É indubitável que no centro do confronto e aprofundamento sinodais estão as palavras de Jesus que não podem ser esquecidas, nem sequer adulteradas. Nos evangelhos, de facto, perante o divórcio — permitido por Moisés mas condenado, não se esqueça, pelos profetas... — Jesus não escolhe a via da casuística mas coloca ao nível da intenção do Legislador e Criador e nega qualquer possibilidade de ruptura do vínculo na história de amor entre um homem e uma mulher: “No princípio não foi assim... Os dois serão um só carne... Não separe o homem o que Deus uniu!”.

Linguagem clara, exigente, radical porque na relação entre homem e mulher, ligados na aliança da palavra dada, é significada a aliança fiel entre Deus e o seu povo: se uma fidelidade é desmentida, também a outra não será mais credível. Mensagem exigente e dura, que os presbíteros deveriam anunciar às suas comunidades, colocando-se em joelhos: “É uma palavra do Senhor, não nossa, a pedir esta fidelidade. Nós repetimo-la porque é nosso dever fazê-lo, mas a anunciamos de joelhos, sem presunção nem arrogância, porque sabemos que viver o matrimónio fielmente e no amor renovado é difícil, cansativo, impossível sem a ajuda da graça de Deus...”

Mas se este é o anúncio evangélico, que não pode mudar, não é menos verdade que na história, e particularmente hoje, este vínculo nas histórias de amor não é sempre assumido com fé, na adesão à palavra de Cristo e, não obstante, às vezes deteriora-se, corrompe-se e morre. Sim, entre os cônjuges ocorre estar juntos até ao momento em que um torna o outro melhor, mas se isto não acontece mais, depois de várias tentativas, então a separação pode ser um mal menor. E é aqui que às vezes inicia uma nova história de amor, que pode ser portadora de vida, vivida na lealdade e na fidelidade, na partilha da fé e na pertença viva à comunidade cristã. Para quantos vivem nesta condição não é possível

celebrar outras núpcias, nem contradizer o sacramento do matrimónio já celebrado, mas se cumprirem um caminho penitencial, se mostrarem com o passar dos anos solidez no novo vínculo, não se poderia, pelo menos, admiti-los à comunhão, que lhes daria a possibilidade de um viático portador de graça no caminho em direcção do Reino? Segundo a doutrina católica tradicional a eucaristia é sacramento também para a remissão dos pecados. O cardeal Martini perguntava: “A questão se os divorciados recasados podem receber a comunhão deveria ser invertida: como pode a Igreja ir em sua ajuda com a força dos sacramentos?” A resposta a estas questões somente pode ser dada pelo Papa, depois de ter escutado a Igreja através do sínodo.

Refleta-se também sobre um dado: porque razão os padres, monges, religiosos que professam uma promessa pública a Deus, depois de terem abandonado a vocação recebida e contradizendo os votos pronunciados — votos que S. Tomás de Aquino dizia que a Igreja não poderia nunca dissolver — podem participar plenamente na vida sacramental da Igreja, enquanto quem se encontra noutras situações de infidelidade é excluído? Esta posição é vista como a injustiça de uma disciplina feita por clérigos, que vivem mais ou menos bem o seu celibato, e não conhecem o cansaço e as dificuldades do matrimónio...

O que é que espera, então, do sínodo um católico maduro na fé? Que se professe mais uma vez a indissolubilidade do matrimónio, mas que se faça manifestando a misericórdia de Deus, indo ao encontro de quem nesta exigente aventura incorreu na contradição da aliança e convidando-o a caminhar na plenitude da vida eclesial. O Deus cristão tem um rosto no qual a misericórdia é imanente à justiça: é um Deus compassivo que em Jesus caminhou e caminha com quem está ferido, com quem está doente... um Deus que quer que todos se convertam e vivam.

Tags: [La Stampa](#)